



Políticas públicas de atividade física no Brasil: quais caminhos já percorremos?

Public policies on physical activity in Brazil, what paths have we already taken?

AUTORES

Debora Bernardo^{1,2}

João Victor Alecrim^{2,3}

Quezia Rosa Ferreira^{2,4}

Douglas Roque Andrade^{2,5}

1 Hospital Israelita Albert Einstein, São Paulo, São Paulo, Brasil.

2 Sociedade Brasileira de Atividade Física e Saúde, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

3 Universidade Estadual de Roraima, Boa Vista, Roraima, Brasil.

4 Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil.

5 Universidade de São Paulo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, São Paulo, São Paulo, Brasil.

CONTATO

Debora Bernardo

deborabernardo.silva@yahoo.com.br

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1188. São Paulo, São Paulo, Brasil.

CEP: 01451-001.

DOI

10.12820/rbafs.29e0372



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Copyright© 2024 Debora Bernardo, João Victor Alecrim, Quezia Rosa Ferreira, Douglas Roque Andrade

A atividade física é entendida como qualquer comportamento que inclua movimentos voluntários do corpo, resultando em um gasto de energia superior ao estado de repouso, que promove interações sociais e com o ambiente, podendo ocorrer durante o tempo livre, no deslocamento, no trabalho ou estudo ou nas tarefas domésticas¹. Nesse contexto, compete aos governos o papel de promover condições que favoreçam a inclusão da atividade física na rotina diária da população. Assim, assegurar o acesso a práticas de atividade física que sejam agradáveis, seguras, saudáveis, equitativas e alinhadas a propósitos individuais e coletivos deve ser considerado uma prioridade de relevância social².

A inatividade física está associada a diversas doenças e agravos não transmissíveis (DANTS), como hipertensão, diabetes, neoplasias de cólon e mama, e doenças isquêmicas do coração. A redução da prevalência de inatividade física pode resultar em economia significativa nos custos de internação relacionados a essas doenças³. Em 2019, a inatividade física foi responsável por aproximadamente R\$300 milhões em gastos com internações no Sistema Único de Saúde (SUS). Esses custos poderiam ser evitados com a ampliação de programas de promoção de atividade física³.

As políticas públicas de atividade física são fundamentais na busca de um estilo de vida saudável e nos benefícios que esta prática proporciona para a saúde e qualidade de vida. A crescente compreensão dos benefícios associados à prática regular de atividade física, aliada a intervenções populacionais, resultou em um aumento da prevalência de níveis de atividade física na população brasileira⁴. No entanto, persistem desafios significativos, especialmente em relação à manutenção de níveis de atividade física que se situam abaixo do ideal, os quais são necessários não apenas para a obtenção de benefícios físicos, mas também para a promoção de uma saúde integral^{5,6}.

No Brasil, algumas políticas e ações marcaram a temática e auxiliaram no fortalecimento da prática de atividade física da população (Quadro 1).

É possível observar que ao longo dos anos diversas ações e políticas foram criadas no Brasil na busca de aumentar o nível de atividade física da população, este fato corrobora com um dos objetivos do “Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Brasil 2021-2030”, que propõe o objetivo de aumentar a prevalência da prática de atividade física no tempo livre em 10%⁷.

A prevalência de adultos que praticam atividade física no tempo livre, correspondendo a pelo menos 150 minutos de atividade moderada por semana, apresentou um aumento entre 2009 e 2023, passando de 30,3% em 2009 para 40,6% em 2023, o que corresponde a um incremento médio

Quadro 1 – Síntese das políticas e ações governamentais e não governamentais que fortaleceram a agenda da atividade física no Brasil.

Ano	Política/Ação	Destaques
1997	Resolução Nº 218 de 1997 do Conselho Nacional de Saúde	Incluiu o profissional de Educação Física entre as categorias profissionais de saúde.
2006	Política Nacional de Promoção da Saúde	Incluiu as práticas corporais e atividade física como um dos oito temas prioritários no objetivo de ampliar as potencialidades de saúde, de forma individual ou coletiva.
2006	Política Nacional da Atenção Básica	Inclui o envolvimento do profissional de Educação Física nas atividades multidisciplinares, destaca a relevância de criar ambientes que favoreçam a prática de atividade física para incentivar o convívio social e prevenção de doenças crônicas, sugere o monitoramento e avaliação das práticas de atividade física na população atendida.
2007	Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares	Incluiu a necessidade de criar códigos específicos para o registro de práticas corporais no SUS, que normalmente são desenvolvidas em grupos, além do destaque que a formação dos profissionais deve incluir conceitos básicos da Medicina Tradicional Chinesa, práticas corporais e meditativas que são essenciais para a atenção à saúde.
2007	Programa Saúde na Escola	Incentiva a prática regular de exercícios físicos, destacando sua importância para a saúde física e mental, realiza ações de conscientização sobre o benefício da atividade física como prevenção de doenças e promoção do bem-estar, além do envolvimento da comunidade escolar para fortalecer a convivência e a saúde coletiva.
2007	Programa Mais Educação	Programa interministerial com objetivos gerais que envolvem a atividade física e esporte, onde “O programa será implementado por meio do apoio à realização, em escolas e outros espaços socioculturais, de ações socioeducativas no contraturno escolar, incluindo os campos da educação, artes, cultura, esporte, lazer, mobilizando-os para a melhoria do desempenho educacional, ao cultivo de relações entre professores, alunos e suas comunidades...”.
2007	Sociedade Brasileira de Atividade Física e Saúde (SBAFS)	Congrega estudantes, profissionais e pesquisadores de diversas áreas de formação com interesse no campo da atividade física e saúde, com abrangência em todo o território nacional.
2008	13ª Conferência Nacional de Saúde	O conselho do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), Fernando Izac Soares, defendeu a participação da profissão na equipe multiprofissional para atuar no SUS, por meio da Moção nº054. Sendo apoiado pelo coletivo social e permitindo a inclusão do profissional de Educação Física para atuar em todos os níveis de atenção à saúde.
2008	Núcleos de Apoio à Saúde da Família	Incentiva o trabalho interdisciplinar com profissionais de diferentes áreas para oferecer uma abordagem completa sobre saúde e bem-estar (educação física, nutricionista, entre outros), realizam ações educativas sobre a atividade física e com adaptações para que sejam inclusivas, incentivam a organização de eventos e práticas coletivas que promovam a integração social.
2009	Congresso Brasileiro de Atividade Física e Saúde	A SBAFS foi a pioneira entre as entidades científicas da área ao abordar o Sistema Único de Saúde (SUS) como tema central do evento intitulado “Atividade Física no Sistema Único de Saúde: da Atenção Básica às Ações Intersetoriais”.
2011	Programa Academia da Saúde	Inclui a criação de espaços de prática de atividade física diversificada para atender diferentes grupos da população, com o foco na prevenção de doenças e promoção de hábitos saudáveis em conjunto com serviços de saúde da família.
2011	Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Brasil 2011-2022	Incluiu como meta nacional aumentar a prevalência de atividade física de lazer.
2013	Criação do código provisório 2241-E1 pelo Ministério da Saúde	Permitiu o cadastro dos profissionais de Educação Física nos serviços de saúde, intitulado “Profissional de Educação Física na Saúde”.
2013	Lei Nº 12.864	Incluiu a atividade física como fator determinante e condicionante da saúde.
2014	Política Nacional de Promoção da Saúde	Manteve as práticas corporais e atividade física como um dos temas prioritários no objetivo de ampliar as potencialidades de saúde, de forma individual ou coletiva.
2017	Programa Novo Mais Educação	Propôs por meio da realização de acompanhamento pedagógico em Língua Portuguesa e Matemática e do desenvolvimento de atividades nos campos de artes, cultura, esporte e lazer, impulsionando a melhoria do desempenho educacional mediante a complementação da carga horária em cinco ou quinze horas semanais no turno e contra turno escolar.
2018	Política Nacional de Promoção da Saúde	Manteve as práticas corporais e atividade física como um dos temas prioritários no objetivo de ampliar as potencialidades de saúde, de forma individual ou coletiva.
2020	Criação do código 2241-40 “profissional de Educação Física na saúde”	Permitiu a inclusão destes profissionais nas equipes multidisciplinares no âmbito dos serviços públicos e privados de saúde.

Continuação de **Quadro 1** – Síntese das políticas e ações governamentais e não governamentais que fortaleceram a agenda da atividade física no Brasil.

Ano	Política/Ação	Destaques
2021	Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Brasil 2021-2030	Propôs o aumento da prevalência da prática de atividade física no tempo livre em 10%.
2021	Guia de Atividade Física para a População Brasileira	Aborda conceitos importantes a respeito da atividade física em todos os ciclos de vida, incluindo em algumas condições como ser gestante e pessoas com deficiência, com as recomendações do Ministério da Saúde sobre atividade física para que a população tenha uma vida ativa, promovendo a saúde e a melhoria da qualidade de vida.
2021	Recomendações para o desenvolvimento de práticas exitosas de atividade física na Atenção Primária à Saúde	Tem o objetivo de auxiliar os profissionais de saúde a planejarem e avaliarem suas práticas de atividade física, para torná-las replicáveis e sustentáveis no SUS, bem como propiciar maior participação e autonomia dos usuários.
2022	Incentivo Federal de Custeio para ações da atividade física na Atenção Primária à Saúde (APS)	Tem o objetivo de melhorar o cuidado das pessoas com doenças crônicas não transmissíveis, mediante a inserção da atividade física na rotina desses indivíduos e implementar ações de atividade física na APS por meio de contratação de profissionais de Educação Física, aquisição de materiais de consumo e qualificação de ambientes relacionados a atividade física.

de 0,65% por ano. Contudo, ao se analisar o intervalo compreendido entre 2018 e 2023, observou-se uma relativa estabilidade na população total, sem variações estatisticamente significativas durante esse período⁴. Este aumento pode ser reflexo das políticas apresentadas ao longo dos anos no Brasil.

Apesar do aumento da prática de atividade física de tempo livre observado pela Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), é importante destacar que o recorte de aumento da atividade física de tempo livre ainda não foi observado em populações mais vulneráveis, com isso, entendemos a necessidade de uma política específica para a área e que assim, possa fortalecer a prática de atividade física em diferentes ambientes. Ainda, é necessário destacar a alteração do critério para considerar uma pessoa fisicamente ativa que ocorreu em 2011, isto contribuiu para aumentar a prevalência de pessoas fisicamente ativas, em que, é considerado os 150 minutos de atividade física por semana independente dos dias⁸.

Uma política nacional focada especificamente em atividades físicas busca consolidar uma série de ações que envolvem a ampliação e a infraestrutura pública, a qualificação de profissionais de saúde e a criação de programas educativos que incentivem a prática regular de atividade física.

A Política Nacional de Promoção de Saúde (PNPS) que atualmente inclui a atividade física como um de seus eixos, já apresentou resultados expressivos apesar de pouco conhecimento por parte da população. No entanto, uma política específica com objetivos, princípios, estratégias, valores, indicadores e diretrizes detalhadas para atividade física pode alcançar resultados

ainda mais impactantes, principalmente considerando contextos regionais proporcionando maior adesão e aderência do público às atividades⁹.

Neste cenário, o movimento da sociedade civil organizada por uma política nacional surge como uma iniciativa essencial para promover e fortalecer a prática regular de atividades físicas no Brasil. O tema foi incorporado à pauta das reuniões do Conselho Nacional de Saúde e submetido à discussão por conselheiros e conselheiras durante a 357ª Reunião Ordinária desse órgão. Além de promover melhorias na qualidade de vida e favorecer um envelhecimento saudável para toda a população, o investimento na promoção da prática de atividades físicas, reconhecida como um direito humano, também pode contribuir para a prevenção de doenças e gerar impactos positivos na economia de recursos alocados ao SUS¹⁰. A especificidade da política deverá refletir o direito ao acesso às atividades físicas na aderência da população a essas práticas, visando um contexto de equidade na promoção da atividade física, levando em consideração fatores culturais regionais, devendo assim influenciar na permanência desta prática pela da população.

A disparidade entre a prática de atividade física e as políticas públicas que promovem essa prática pode representar um obstáculo para a inclusão de indivíduos com menor poder socioeconômico no acesso a atividades físicas com orientação de um profissional de saúde e supervisão do profissional de Educação Física. Com o intuito de fortalecer essa discussão e unir esforços nas áreas de políticas públicas e atividade física, o Grupo de Trabalho de Políticas Públicas e Atividade Física da Sociedade Brasileira de Atividade Física e Saúde colaborou na elaboração desta edição temática. Esta iniciativa

visa impulsionar a ampliação da atenção da comunidade científica para as questões e necessidades relacionadas às políticas públicas e à atividade física. A Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde, em parceria com o Grupo de Trabalho de Políticas Públicas e Atividade Física, apresenta esta edição temática com o objetivo de receber evidências relevantes sobre o tema, e esperamos que nas próximas edições temáticas possamos receber um número cada vez maior de colaborações. Convidamos todos a apreciarem os artigos publicados e a utilizarem os conhecimentos científicos para reivindicar a atividade física como um direito acessível a toda a população.

Conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflito de interesse.

Declaração quanto ao uso de ferramentas de inteligência artificial no processo de escrita do artigo

Os autores não utilizaram de ferramentas de inteligência artificial para elaboração do manuscrito.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Os conteúdos já estão disponíveis no momento da publicação do artigo.

Contribuição dos autores

Bernardo D: Conceitualização; Metodologia; Pesquisa; Supervisão; Redação do manuscrito original; Aprovação da versão final do manuscrito. Alecrim JV: Validação de dados e experimentos; Pesquisa; Redação do manuscrito original; Aprovação da versão final do manuscrito. Ferreira QR: Validação de dados e experimentos; Design da apresentação de dados; Redação - revisão e edição; Aprovação da versão final do manuscrito. Andrade DR: Validação de dados e experimentos; Redação - revisão e edição; Aprovação da versão final do manuscrito.

Agradecimentos

Agradecemos aos editores-chefes da Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde, os professores Átila Alexandre Trapé e Raphael Mendes Ritti Dias pelo trabalho à frente da revista e por oportunizar a publicação da edição temática de Políticas Públicas e Atividade Física.

Referências

1. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Guia de Atividade Física para a População Brasileira. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.
2. Hallal PC, Lee I-M, Sarmiento OL, et al. The future of physical activity: from sick individuals to healthy populations. *Int J Epidemiol.* 2024;53:dyae129. doi: <https://doi.org/10.1093/ije/dyae129>
3. Bueno DR, Marucci M de FN, Codogno JS, et al. Os custos da inatividade física no mundo: estudo de revisão. *Ciênc saúde coletiva.* 2016;21(4):1001–10. doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015214.09082015>
4. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. Vigitel Brasil 2006–2023: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de prática de atividade física nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal entre 2006 e 2023: prática de atividade. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. 68 p. : il
5. Sternfeld B, Jacobs DR. Reflections on four decades of physical activity epidemiology. *J Sport Health Sci.* 2024; 13(5): 608–10. doi: <https://doi.org/10.1016/j.jshs.2024.01.009>.
6. Cabral TPD, Caliman LC, Leopoldo AS, Lunz W. Nossas recomendações de 'dose-resposta' de atividade física para proteção contra doenças crônicas e mortalidade estão corretas? *Rev bras prescr fisiol exerc.* 2020;14(89):175–95.
7. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Brasil 2021–2030 [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. 118 p. : il.
8. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Vigitel Brasil 2011: Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 132 p.
9. Ferreira RW, Caputo EL, Häfele CA, Jeronimo JS, Florindo AA, Knuth AG, et al. Acesso aos programas públicos de atividade física no Brasil: Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. *Cad Saúde Pública* 2019;35(2):e00008618. doi: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00008618>
10. Criação de Política Nacional de Práticas Corporais e Atividades Físicas. Conselho Nacional de Saúde. Disponível em: <<https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/criacao-de-politica-nacional-de-praticas-corporais-e-atividades-fisicas>> [2024 Dez].

Recebido: 21/11/2024

Revisado: 22/12/2024

Aprovado: 30/12/2024

Editor Chefe

Átila Alexandre Trapé 

Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto,
São Paulo, Brasil.

Editor de Seção

Valter Cordeiro Barbosa Filho 

Instituto Federal do Ceará, Fortaleza,
Ceará, Brasil.

Como citar este artigo:

Bernardo D, Alecrim JV, Ferreira QR, Andrade DR. Políticas públicas de atividade física no Brasil: quais caminhos já percorremos?. *Rev. Bras. Ativ. Fis. Saúde.* 2024;29:e0372. doi: [10.12820/rbafs.29e0372](https://doi.org/10.12820/rbafs.29e0372)